

Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000)

FLAVIA MATEUS RIOS

Mestre em Sociologia (Universidade de São Paulo)

Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

São Paulo, Brasil

flaviamrios@yahoo.com.br

Resumo Quando e como o movimento negro brasileiro ganhou o interesse das Ciências Sociais? Quais são as abordagens teóricas e explicações sobre a emergência e o desenvolvimento desse movimento social ao longo do século XX? Estas são as principais perguntas norteadoras do presente artigo, que versa sobre os estudos que tomaram a mobilização coletiva negra como problema de reflexão em diferentes campos disciplinares, em especial, a Sociologia, a História e a Antropologia.

Palavras-chave: Ciência Social; movimento negro; relações raciais; identidade.

Introdução

Neste artigo, apresento como o movimento negro foi analisado pelas Ciências Sociais durante o século XX. Assim, na primeira seção, faço um balanço bibliográfico dos estudos realizados até a década de 1960. Com isso, desenhei um quadro acerca das explicações do surgimento, do perfil, e da performance do movimento nas perspectivas diversas dos estudiosos que se debruçaram sobre esse tema. Defendo que essa geração produziu o consenso ainda em vigor em nossos dias, segundo o qual o movimento negro é uma reação ao padrão de relações raciais do Brasil, em particular à forma de preconceito racial, que serviria de empecilho para a ascensão social dos negros.

Na segunda parte do texto, averiguo a produção dos anos de 1970 em diante, quando houve um aumento dos estudos sobre o movimento negro, em contraste com o período anterior. Mas esse crescimento não está restrito ao âmbito quantitativo, notando-se uma mudança qualitativa, que carecia de exame detido e sistemático. Ao final, considere importante apresentar algumas críticas a essa produção, mostrando os limites das abordagens e apontando para outras perspectivas analíticas.

A emergência do movimento negro nas Ciências Sociais

As primeiras investigações empíricas sobre o movimento negro brasileiro do século XX aparecem nos estudos de relações raciais, especialmente àqueles encomendados pela Unesco na década de 1950. As formas diversas de interpretação desse movimento social estão diretamente ligadas à visão que os autores tinham das relações entre negros e brancos no Brasil. Em poucas palavras, a questão em torno da ausência

ou da presença de consciência de raça foi o modo pelo qual os estudiosos tocaram na problemática da ação coletiva negra. Senão vejamos.

Uma década antes do ciclo de estudos da Unesco, Donald Pierson¹ (1971[1942]) defendeu a ausência de “consciência racial” no Brasil, porque não identificou a presença de grupos de cor estanques nem de preconceito racial² em seu estudo de caso realizado na Bahia. Nem pretos nem brancos viam-se como grupos fechados, por isso diagnosticou a inexistência de “consciência de raça” e, por conseguinte, de coletividades políticas organizadas.³ Para ele, o critério racial não determinava o destino social dos negros e isso era especialmente visto no processo de ascensão dos mestiços baianos. Segundo os resultados de seu trabalho, os “homens de cor” em mobilidade ascendente não se viam como grupos raciais nem percebiam qualquer tipo de empecilho ao longo de sua vida profissional. Além do mais, os brancos sequer se sentiam incomodados, quanto menos ameaçados pelos negros, o que impossibilitava a emergência de uma consciência de raça entre aqueles. Como consequência, nenhum dos dois grupos oferecia condições necessárias para a emergência de um movimento organizado.⁴

A tese de Donald Pierson foi contestada em outras partes do país, onde novos estudos de relações raciais foram realizados através do incentivo da Unesco. Contudo, ela ganhou eco no trabalho de Thales de Azevedo (1996 [1955]), que manteve a designação “sociedade multirracial de classes” para Sal-

vador, apesar de perceber impedimentos na mobilidade de indivíduos negros, de encontrar associações negras e de entrevistar seus militantes, o que lhes rendeu inclusive um capítulo no livro, no qual arrolou as mobilizações que tinham como fins o combate ao preconceito de cor. Mas Thales considerou que o movimento tinha dificuldade de penetração na opinião pública local, por conta da baixa adesão das elites pretas e mestiças e pelas opiniões contrárias das “elites brancas”, já que, para elas, não existiria um problema racial, uma vez que “a consciência de classe supera[va] a consciência de cor ou de raça” (1996, p.62).

Em contraste, os estudos que se desenvolveram no Rio de Janeiro e em São Paulo tiveram outra tônica. Isso porque Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes apresentam visões diferentes das de Donald Pierson e de Thales de Azevedo. Diferentemente destes, aqueles diagnosticavam a existência de preconceito de cor no Brasil, fundamentalmente nas áreas em processo de grande transformação econômica. Ademais, os três autores tiveram a oportunidade de estudar as associações e os líderes negros do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁵ Esses sociólogos chegaram à conclusão de que o movimento negro surge das mudanças estruturais oriundas das alterações socioeconômicas. Se suas explicações são convergentes na dimensão macrosocial, são, contudo, díspares no tocante aos tipos de abordagens teóricas, abrindo, assim, um leque de interpretações tonalizadas.

1 Para Guimarães (2004), Donald Pierson é o primeiro sociólogo a desenvolver estudos de relações raciais tal como esse campo sociológico foi designado pela Escola de Chicago. Antes, porém, Arthur Ramos já havia escrito ensaios, nos anos 30, sobre o negro e a política. Ramos dedica dois ensaios ao estudo das mobilizações negras, um sobre a presença negra no movimento abolicionista e o segundo sobre as expressões do movimento negro de sua época, isto é, a Frente Negra Brasileira e os jornais negros. Os escritos desse autor tinham como objetivo registrar os feitos dos negros na sociedade brasileira, sem, contudo, apresentar explicações sociológicas para tal fenômeno. Mesmo assim, deixa pistas de trabalho, muitas delas incorporadas e redefinidas pelos estudos realizados nos anos de 1950.

2 A definição de preconceito racial, naquela época, vinha do também sociólogo de Chicago Herbert Blumer (1958 [1939]), que o entendia como um sentido de posição social ou um modo geral de orientação, que não pode ser reduzido a sentimentos ou crenças individuais, nem se limita ao *status* social, pois não está relacionado apenas à dimensão vertical. Ademais, para existir esse preconceito, seria indispensável a presença de quatro tipos básicos de disposições desenvolvidas pelos grupos dominantes: o sentimento de superioridade; a crença de que a raça subordinada está muito distante da realidade da raça dominante; o poder de controlar vantagens sociais, e o medo de que a raça subordinada busque alcançar os privilégios desfrutados pela camada dominante.

3 Curiosamente, Pierson orientou a tese de Virginia Leone Bicudo (1945), um estudo sobre as atitudes de negros e brancos em São Paulo, que a levou à investigação da Frente Negra Brasileira e ao seu jornal *A voz da raça* (Domingues, 2005).

4 Franklin Frazier (1942), outro sociólogo de Chicago, sustenta uma argumentação um tanto quanto distinta de Pierson. Frazier concorda com Pierson no tocante à ausência de preconceito racial no Brasil, tal como se verificava nos EUA. Mas o autor entendia que no Brasil havia o preconceito de cor, baseado não na ascendência do indivíduo e sim nas suas características físicas. “Yet, there is in Brazil a certain amount of color prejudice, which should be distinguished from race prejudice in the American sense” (p. 292). Esse preconceito de cor poderia ser identificado no Sul do Brasil, devido à presença de imigrantes europeus, sobretudo italianos que, além de terem uma mentalidade diferente dos portugueses, estavam em franca competição com os negros. Embora não tivesse realizado estudos aprofundados como Pierson fizera na Bahia, Frazier teve a oportunidade de conversar com algumas lideranças negras, especialmente da Frente Negra Brasileira, de quem extraiu reclamações de atitudes preconceituosas contra os negros. Com base nessas informações, esse estudioso sugeriu a existência de preconceito contra os negros, mas este seria baseado na cor e não poderia ser generalizado para todo o país.

5 Tudo indica que as lideranças negras consultadas pelos estudiosos da Unesco influenciaram ativamente o entendimento acadêmico acerca do preconceito de cor no Brasil, indicando o modo pelo qual esse fenômeno ganha realidade na vida social dos negros. Isso fica nítido na incorporação quase literal de depoimentos cedidos pelos informantes ativistas, encontrados especialmente nos escritos de Fernandes e Bastide.

Costa Pinto e Bastide, por exemplo, enfatizaram o processo de diferenciação no interior da população de cor, o que os possibilitou observar as aspirações e os interesses específicos das camadas médias e baixas negras. Suas análises permitiram a ambos uma explicação coerente para as dificuldades do protesto negro em se fazer ecoar entre as camadas mais baixas. Porém, Bastide, mais voltado para as representações coletivas à moda da Sociologia francesa herdeira de Durkheim, conseguiu dimensionar as posições econômicas, a origem social e as aspirações das camadas médias formadoras do protesto negro. Segundo sua definição, essa classe social,

há pouco saída de uma classe baixa [a classe média negra], conhece os desejos e as misérias dela na realidade, tomou consciência do que não é ainda claro ou muito sentido pelos seus irmãos de nível baixo, tornou-se eco de toda uma classe de cor. (Bastide, 1973, p.130).

Já Costa Pinto, numa perspectiva marxista, assinalava que os interesses das lideranças negras que bradavam contra o preconceito de cor construíram uma falsa consciência de raça. Não que não houvesse o tal preconceito, este existia e era sentido pelos negros. O problema, para o sociólogo, não estava aí e sim na aceitação de uma ideologia racial que buscava elevar e “adestrar” a massa negra em um estilo de vida de classe média. Esses objetivos não respondiam às aspirações dos extratos mais pobres, eram apenas desejos das elites negras, com seus interesses particulares de classe. Por isso, defendeu que era falsa a consciência racial do movimento negro.

O autor de *O negro no Rio de Janeiro*, quando fez suas críticas às práticas e ideologias do movimento fluminense, estava observando, especialmente, o caso do Teatro Experimental do Negro (TEN) e seus intelectuais, dentre eles Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos.⁶ Para Costa Pinto, tudo se passa como se a ideologia da negritude fosse uma espécie de aspiração do “negro pequeno burguês” em seu desejo de ascensão social. Sendo assim, ele defende que a negritude não passaria de uma “falsa consciência”, porque no fundo esse problema não seria étnico e sim o resultado de contradições sociais mais amplas. De modo que as prioridades das lideranças negras não encontram respaldo nas aspirações do homem de cor comum, o “homem povo”, “o homem proletário”.

Florestan Fernandes, observando a mobilização paulista, chegou a formulações distintas. Em seu en-

tendimento, a consciência racial do negro passou por uma experiência “existencial” do preconceito de cor. Era mesmo uma camada diferenciada da população negra que liderava os movimentos; no entanto, esse extrato procurava educar a sociedade, negros e brancos, para o problema do preconceito, cujos efeitos se faziam notar não somente na dificuldade de ascensão social dos negros “instruídos”, mas, sobretudo, na situação de penúria vivida pela população negra que ainda não tinha se inserido na sociedade de classes. Essa consciência racional de raças, canalizada em forma de protesto, teria tornado o negro um agente de sua própria história, autônomo e coletivamente organizado diante das relações tradicionais de dominação racial. Trata-se, pois, de um argumento que o autor apresentou de forma ainda incipiente em *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* (1955) e veio a ganhar força em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964).

Diante de dois grandes dilemas para a efetivação da modernidade na sociedade paulistana – a integração efetiva do negro na sociedade de classes e a superação do preconceito de cor –, Florestan Fernandes atribui aos movimentos negros o papel de agente modernizador das relações raciais naquela sociedade. Tratava-se, contudo, de uma “revolução dentro da ordem”, a qual os grupos negros organizados tomaram para si a incumbência histórica de revelar “as contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social”. Desse modo, na mobilização negra buscava a integração da população de cor e não uma mudança radical das bases sociais e econômicas da sociedade. Esse movimento tinha, assim, como objetivo estabelecer “uma situação de classe” em oposição ao regime de castas herdado da sociedade escravista. Destarte, a ação coletiva negra, para Fernandes, consolidaria um “estilo democrático de vida”.

Mesmo com os esforços dos movimentos negros, argumenta Fernandes, a sociedade não apresentou mudanças substantivas no que se refere à representação social e ao tratamento do negro. Os protestos não foram suficientemente capazes de alterar a ordem social; somente com o processo crescente de industrialização em São Paulo, depois da Segunda Guerra Mundial, que teria havido o ingresso dos negros em vários ramos do trabalho assalariado, apesar da persistência do preconceito de cor. Mas o negro não entra como grupo social e sim como “massa de agentes” que constituíam a mão de obra livre,⁷ estabelecendo uma ordem mais competitiva na qual os movimentos

⁶ Tudo indica que Costa Pinto tinha uma visão superficial da negritude, desconhecendo as bases filosóficas desse pensamento. Em Muryatan Barbosa (2004), encontramos algumas das polêmicas travadas entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos, a partir das quais se percebe que o tema da negritude tal qual trabalhado pela intelectualidade negra brasileira não foi compreendido pelos intelectuais do *mainstream* acadêmico.

⁷ “A cidade, que não ouvira o clamor de seu protesto e permanecera indiferente a seus sonhos de igualdade racial, abre-lhes algumas trilhas que simplificavam e atendiam aos seus anseios de classificação no núcleo da ordem social legítima. Assim, o negro penetra, não em um grupo ou como categoria racial, mas diluído na massa de agentes do trabalho assalariado em todos os ramos de atividades” (1964, p.118)

coletivos foram enfraquecidos e as estratégias individuais intensificadas. Esgotava-se, então, toda a fonte de protesto racial em São Paulo. Os objetivos dos movimentos negros foram alcançados em parte, mas não pelos seus esforços: tratava-se de um processo maior, para além de suas forças e alcances, que fazia cumprir aquilo que os protestos tanto exigiam. Era a integração do negro na força de trabalho como mão de obra assalariada, uma mudança ascensional da situação de desempregado e biscateiro para uma posição mais estável, seja como trabalhador assalariado ou como proletário. Tudo se passa como se a camada média negra perdesse o motivo maior pelo qual deveria lutar. Assim, para Fernandes, a emergência e o declínio do movimento devem-se a mudanças estruturais da sociedade dos anos 40 e 50.⁸

As teses de Fernandes sobre o movimento negro, assim como os demais estudos da Unesco, foram revistas a partir dos anos de 1970. Duas vertentes de trabalhos se desenvolveram desde então: a corrente que se utilizou dos métodos historiográficos para revisar o período analisado por Bastide, Costa Pinto, Fernandes e Thales, de um lado, e, de outro, as pesquisas que passaram a investigar a mobilização negra emergente durante e após a ditadura militar. Sobre a primeira corrente, cabe assinalar, brevemente, as principais críticas apresentadas àqueles estudos expostos anteriormente. Quanto ao segundo grupo, nos ocuparemos na seção seguinte.

Em que pese o impacto das explicações do ciclo de pesquisa da Unesco para o entendimento do movimento negro no Brasil, somente os estudos monográficos realizados a partir de 1980 aproximaram-se efetivamente da vida social das lideranças e organizações negras da primeira metade do século XX. Investigações sistemáticas, com coletas extensas de dados empíricos, possibilitaram uma leitura mais sofisticada e pormenorizada dessa ação coletiva. Se os primeiros estudos pairaram, em sobremaneira, na dimensão macro e mesossocial, os pesquisadores das últimas décadas (Ferrara, 1981; Pinto, 1993; Joselina Silva, 2005; Domingues, 2005, dentre outros) investiram em abordagens capazes de apreender o nível microsocial, observando cuidadosamente o perfil dos ativistas e a lógica das ações e formas de organização do movimento. Ofereceram, assim, um quadro rico e detalhado da ação coletiva negra, desvelando sua identidade, suas estratégias e sua performance em contextos político-ideológicos próprios.

Note-se que, se houve avanço em termos da qualidade empírica das pesquisas, não podemos dizer o mesmo acerca das explicações gerais, as quais muitas vezes escoram-se nas formulações herdadas de autores

dos anos de 1950 e 1960. Isso de algum modo revela quão vigorosas ainda são essas explicações, apesar dos abalos que sofreram ao longo dos anos. Vigor esse que se sustenta, sobretudo, no entendimento de que não é possível entender o movimento negro sem atentar para o padrão de relações raciais do país.

Consciência e identidade: o movimento negro revisitado

O protesto político que ressurgiu nos anos 70 mudou as feições do movimento social negro aliás, a produção acadêmica sobre esse tema também se modificou. Diferentemente da abordagem que encerra os estudos das relações raciais dos anos 60, as investigações das décadas seguintes têm novas questões e novas perspectivas. A maior parte desta produção se pensa como revisões críticas dos estudos das relações raciais, especialmente no tocante ao movimento negro. E o são em alguma medida. Todavia, o que esses pesquisadores não dizem – aspecto que torna suas interlocuções mais instigantes – é que muitos dos problemas postos para a geração anterior são incorporados e relocalizados nesses estudos emergentes.

Mas é preciso tratar essa questão com mais vagar. Essa mudança não ocorreu de qualquer maneira nem de forma abrupta – antes as modificações vão aparecendo aos poucos, tornando-se mais efetivas e consolidadas na medida em que as ações do movimento social tornam-se mais concretas, mais visíveis; e isso leva quase uma década para ser incorporado pela literatura. O impacto das ações dos movimentos sociais sobre a produção acadêmica aconteceu de vários modos, desde os temas e as abordagens até os próprios pesquisadores. De modo que não é possível estudá-la sem saber quem são esses estudiosos, quais os seus problemas de pesquisa e como interpellam o objeto e a produção acadêmica sobre o movimento negro brasileiro.

O primeiro aspecto digno de nota é o perfil dos estudiosos. Quem são eles? O que mais chama a atenção nessa produção é o fato de os negros deslocarem-se do lugar de informantes dos pesquisadores estabelecidos para a posição de ensaístas e intelectuais. Se antes aqueles eram citados em teses de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Costa Pinto, essa nova intelectualidade passa a escrever sobre a mobilização negra em que está inserida. Eis um dado curioso: os estudos que engrossam a produção sobre o movimento negro a partir dos anos 70 são feitos, em grande medida, por intelectuais negros, nacionais e

⁸ As teses de Florestan Fernandes sobre a Frente Negra Brasileira foram amplamente revisitadas. Dentre as críticas mais contundentes destacam-se as de Andrews (1991) e Domingues (2005), que realçam os aspectos políticos que interferiram na formação, no desenvolvimento e no declínio do movimento negro dos anos 30.

estrangeiros, engajados na luta antirracista. Isso não foge, pois, a uma tendência da geração desse período: muitos militantes e simpatizantes de diversos movimentos sociais tornam-se pesquisadores dessa forma de ação coletiva em toda a América Latina, como foi muito bem notado por Cardoso (1987) e Gohn (2004). No caso do movimento negro, esse fato torna-se mais decisivo nos anos 80 em diante, pois na década anterior ainda podemos verificar uma transição, um momento ainda mesclado pelos padrões de pesquisadores e perspectivas analíticas antigos, juntamente com as novas tendências tidas como críticas que ameaçavam aparecer.

Em termos de abordagem analítica, houve uma passagem da terminologia “consciência racial” para “identidade racial ou étnica”. Note-se que essa mudança não ocorreu de uma forma rápida e definitiva. A expressão “consciência racial” continuava a ser acionada, contudo o conceito de identidade passou a ganhar cada vez mais proeminência. Isso ocorre, sobretudo, por conta do avanço dos estudos antropológicos sobre esse campo e a crescente rejeição às categorias marxistas para explicar os movimentos sociais, o que se faz notar também em suas referências bibliográficas. Com isso, as abordagens ganham feições mais culturalistas, porém sem descartar as dimensões políticas sobre as quais ainda repousaria a expressão consciência racial, refletindo ora a categoria nativa, ora os resquícios do marxismo acadêmico.

Nos anos de 1970, três autores trataram sob perspectivas diversas a questão da mobilização política no veio do protesto racial brasileiro. Primeiramente, aparece o artigo de Queiroz, em cuja argumentação não encontramos rupturas com as formas de explicação vindas de seus antecessores, especialmente dos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978 [1974]), no ensaio “Coletividades negras: ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo”, investiga as “associações voluntárias” dos negros, porque estas seriam canais de acesso à “consciência coletiva” desse grupo social. Nele, Queiroz contentou-se em tratar de forma mais explícita a relação entre ascensão e mobilização política, sendo que toda fundamentação de seu argumento teve como fonte as conclusões de Fernandes, Bastide e Costa Pinto, os quais defendem que as mudanças estruturais oriundas da transição da sociedade escravista para a sociedade de mão de obra livre revelaram o preconceito racial. Dessas transformações estruturais, eles enfocam o aspecto econômico, mostrando que a situação desvantajosa dos negros em processo de ascensão – no contexto da formação da sociedade de classes – levou a ações coletivas com vistas a questionar o preconceito que lhes servia de barreira social.

A expressão política do protesto negro nos anos 30 em São Paulo fez-se notar pela ascensão num seg-

mento desse grupo de cor e seu desejo de progredir na escala social, embora tivesse as suas chances limitadas pela discriminação, na interpretação de Queiroz. Passado o período de efervescência da mobilização política negra, os anos 50 deixam a capital paulista completamente esvaziada de protesto político de cunho racial; em contrapartida, as associações de lazer se fazem notar em número cada vez maior. Esse contexto econômico reforça as explicações da autora, uma vez que

[foram] fornecidos aos negros os meios de penetrar mais amplamente na pequena burguesia e, também, de se elevar até a classe média. Esta abertura diminuiu a frustração em relação à ascensão social, que se notava tão claramente nas associações políticas e nos artigos de seus jornais do periódico anterior; diminuída a frustração, as reivindicações amortecem. (1978, p. 246)

Para ela, a fonte de descontentamento entre os negros teria se enfraquecido. A causa disso foi o avançar do processo de industrialização vivido pela cidade, que teria produzido num primeiro momento a segregação étnica, levando à formação das associações recreativas e depois o desenvolvimento das associações de tipo político. Na fase seguinte, a ampliação da industrialização teria favorecido a ascensão do negro esgotando sua fonte de protesto social. A relação entre o declínio do protesto e o crescimento econômico, com a consequente integração do negro como trabalhador estável e, até mesmo, como massa proletária, já tinha sido apresentada por Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Assim, tanto o ascenso como a queda do movimento têm por causas as transformações econômicas na opinião desses autores.

Mas a década de 1970 não foi apenas de reafirmação das explicações de Florestan Fernandes, Roger Bastide e Costa Pinto. Michael James Mitchell (1977) e Carlos Hasenbalg (1979) convergem com certas argumentações, porém esboçam o problema de outro modo, introduzindo novas questões.

O cientista político Michael Mitchell, cujo objeto de pesquisa também foi o ativismo negro paulista, em *Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo*, título de sua tese de doutorado apresentada na Universidade de Indiana, em 1977, tem como problema de investigação a relação entre a consciência de raça e a ação coletiva. Ele analisa os “efeitos da consciência racial” (*effects of racial consciousness*) nas práticas e atitudes políticas dos negros no Brasil, país que reivindica para si o ideário de democracia racial (*racial democracy*). Dentre esses efeitos, o autor encontra deste as opiniões individuais contra o preconceito racial até uma solidariedade entre os negros, motivada por uma identidade étnica.

Um pressuposto de Mitchell⁹ é que a consciência racial entre os negros não se limita ao período histórico da transição estrutural da escravidão para a sociedade de classes. Para ele, as formas de dominação e subordinação raciais já estavam presentes na escravidão e nela já se poderia verificar a existência de iniciativas contestatórias dos negros, como as revoltas escravas e os movimentos políticos pela abolição. Essa visão rompe com as formas de explicação desenvolvidas anteriormente pelos sociólogos brasileiros, mas guarda afinidades com o pensamento de Clóvis Moura, em particular seus escritos dos finais dos anos 1950, que tinham o franco propósito de rebater os historiadores e sociólogos do *mainstream* nacional.

Para Mitchell, as relações raciais permitem ver a tentativa de maximização do poder pelo grupo dominante, porém sob resistência do grupo subordinado. E isso não aparece somente em momentos de transição social, mas sempre que existir relações de dominação e subordinação de uma raça por outra. Nesse caso, a consciência torna-se mais nítida no momento em que o grupo prejudicado vivencia experiências de obstáculos raciais, o que o levaria à percepção da discriminação. Desse modo, ele parte do pressuposto de que o segmento subordinado desenvolveria uma consciência e uma solidariedade raciais, baseadas na experiência de discriminação, levando esse grupo a contestar o poder por meio da ação coletiva.

A solidariedade racial entre os negros também foi objeto de reflexão de Carlos Hasenbalg, em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, publicado em 1979. Contudo, ao contrário de Mitchell, o sociólogo argentino não fez uma pesquisa específica sobre o movimento negro, mas realizou um estudo sobre a desigualdade racial brasileira. No final de seu livro, Hasenbalg trata do tema “raça” e “política”. Para tanto, o autor dedica um capítulo às reflexões em torno da baixa mobilização política dos negros na sociedade brasileira.

As causas sociológicas dessa baixa mobilização são múltiplas, mas o problema da ideologia estatal ganha proeminência, qual seja, o mito da democracia racial e a ideologia do embranquecimento. A construção da identidade coletiva entre os negros no Brasil estava comprometida, uma vez que estes assumiam os valores e as representações difundidas pelas elites dominantes e pelo Estado, de acordo com o autor. Isso era confirmado pelo mecanismo social que permitia ascensão de

alguns que podiam ter acesso ao gradiente de cor, ou seja, especialmente os mulatos e os mestiços teriam a possibilidade da “saída de emergência”,¹⁰ o que trazia conseqüências negativas para a construção identitária e a solidariedade raciais.

As poucas iniciativas do movimento não conseguiram reverter a situação do negro, o que fez com que o impacto de seu protesto ficasse restrito aos associados e ao seu pequeno raio de alcance, não velando a mudanças estruturais da condição de vida da maior parte da população negra. Em síntese: os movimentos não promoveram uma mobilidade social do grupo, nem conseguiram alterar a ideologia racial que sustenta a sociedade brasileira. Note-se bem que essa será a tese defendida, mais tarde, por Michael Hanchard (1994) ao analisar o desempenho do movimento negro do pós-Segunda Guerra Mundial.

Ensaaios e Insights: intelectuais do movimento negro

Nos anos 80, sob o impacto das ações do Movimento Negro Unificado e da efervescência dos demais movimentos sociais em favor da democratização do Brasil, um grupo de intelectuais negros brasileiros escreveu artigos refletindo sobre a mobilização antirracista daquela década.

Autores como Clóvis Moura (1981), Lélia Gonzalez (1982), Joel Rufino (1983) e Hamilton Cardoso (1987) apresentam ensaios críticos sobre a ação coletiva negra, inserindo-a nas lutas políticas nacionais e internacionais. Sob perspectivas diversas, eles enfatizam dimensões econômicas, culturais e políticas, dando proeminência para estas duas últimas. Seja pelo viés conjuntural ou estrutural, o movimento negro é analisado como elemento indispensável para a democracia em construção.

Em *Organizações negras*, Moura considera que, para explicar a emergência do protesto racial de 1970, seria necessário um conhecimento da história das organizações negras e da “tradição” das entidades de diferentes perfis: religiosas, recreativas, culturais, políticas, assistenciais etc. Numa perspectiva de longa duração, ele sugere que o movimento negro emergente no ano de 1978 estava sob bases bastante sólidas em termos de experiência

⁹ Não podemos precisar o grau de envolvimento político de Mitchell com as organizações negras de São Paulo, mas sabemos que ele ministrou palestras sobre temas relativos ao movimento negro. Em meados de 1976, por exemplo, Mitchell deu uma palestra intitulada “O movimento negro americano na década de 70”, no ciclo de debates O Negro e as Suas Associações” do Centro de Cultura e Arte Negra, CECAN, um dos precursores do Movimento Negro Unificado na cidade de São Paulo (Silva, 1994).

¹⁰ A expressão refere-se ao estudo de Carl Degler, historiador norte-americano que estudou as relações raciais brasileiras. Suas conclusões sugerem que os mestiços e os mulatos podem dispor de uma “válvula de segurança”, garantida pelo sistema flexível de classificação racial brasileira. Para ele, tal dispositivo de emergência não poderia ser acionado por um indivíduo da mesma cor nos EUA (Degler, 1976).

¹¹ O artigo de Arthur Ramos, ao qual se refere Moura, chama-se “O espírito associativo do negro brasileiro”, publicado em maio de 1938 na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*.

associativa. Inspirado na tese do “espírito associativo do negro”, de Arthur Ramos,¹¹ o historiador mostra que havia uma espécie de tradição associativa entre os negros, ou seja, uma vivência longa que lhes dava uma certa experiência no tocante à formação de organizações, construindo também uma espécie de “gosto” por se associar. Embora os objetivos das associações fossem diversos, ele entendia que a marca do associativismo negro revela sua identidade étnica; esta, por sua vez, era resultante de um compartilhamento grupal que lhes permitia algum sentimento de pertencimento coletivo, decorrente da experiência do preconceito de cor.

O intelectual piauiense estabelece relações quase causais entre a velha e a nova mobilização negra e minimiza os conflitos entre as organizações estritamente políticas e as de cunho cultural. Bem próximo de Moura está o pensamento de Lélia Gonzalez. No ensaio “O movimento negro da última década” (1982), ela consegue contextualizar, de forma mais abrangente, a conjuntura política em que estavam inseridos os princípios ideológicos, as formas de atuação e as principais influências recebidas pelo movimento. Segundo essa intelectual mineira radicada no Rio de Janeiro, o Movimento Negro Unificado surgiu num quadro de “silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política” (1982, p.11), aparecendo no bojo das forças do protesto estudantil e das demais manifestações contestatórias pulsantes na sociedade civil. De acordo com a autora, o movimento teria politizado a violência racial enfrentada cotidianamente pela população negra no contexto da ditadura militar.

Construiu-se, assim, um sentimento de indignação e injustiça em espaços não ortodoxos para a ação política. São os botequins, os bailes e as festas onde ocorreu a base da mobilização negra daquele período. Desse modo, Gonzalez oferece as principais pistas para entender a formação do movimento negro, revelando como os laços identitários foram se construindo em espaços de lazer (bares e clubes), onde eram feitas discussões e sensibilizações acerca das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e pela descolonização dos países africanos. Tudo isso em meio às conversas sobre a situação política do Brasil e suas consequências para o dia a dia do negro: relatos compartilhados sobre a discriminação racial cotidiana faziam parte do processo do sentimento identitário em formação. Nesse ambiente, eles se serviam de símbolos étnicos, construindo estilos de vida próprios, os quais lhes permitiam uma experiência de afirmação racial, elemento essencial para erguer o movimento.

Mesmo Clóvis Moura, que enfatizou pela perspectiva da longa duração a ação coletiva negra, não

esteve de todo errado. Certamente as experiências associativas do movimento negro servem de inspiração e suporte para a mobilização política, ou seja, os movimentos não surgem apenas de uma conjuntura política externa e conjuntural. Faltaram apenas a Moura o desenvolvimento de argumentos e a apresentação de evidências que permitissem mostrar como se deu essa passagem histórica. Infelizmente, sua hipótese ainda não foi enfrentada completamente pelos estudiosos do movimento negro. Ainda não temos um trabalho de fôlego que supere as causas contextuais para explicar a continuidade histórica do movimento negro ao longo do século XX, mostrando os momentos de inflexão e os nexos internos dessa mobilização antirracista.

Sob outro ângulo, Joel Rufino (1983) prefere abordar as distinções históricas, as diferenças ideológicas e as práticas do movimento negro, seja do ponto de vista da identidade ou da estratégia política.¹² No ensaio intitulado “Movimento negro e a crise brasileira”, ele apresenta os principais dilemas enfrentados pela ação coletiva negra no contexto de sua formação. Numa postura reflexiva, o autor se pergunta: “deve-se considerar movimento negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos [...]”? Ou “deve-se considerar como tal todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), tornando-se a luta atual como simples prolongamento?” (1983, p. 287).

Em poucas palavras, Rufino expressa o grande conflito do movimento negro em sua nova fase nos anos 70, uma vez que duas questões se cruzam nos discursos do movimento: haveria uma distinção entre as organizações políticas e culturais? Em que termos as experiências políticas dos negros (Frente Negra e Teatro Experimental do Negro) deveriam ser consideradas para pensar o movimento negro contemporâneo? Isto é, a problemática desse pensador carioca diz respeito à construção da história e da identidade para a militância, tarefa esta posta para seu corpo intelectual e ativista naquele período. O fato é que, nesse momento em que Rufino escreve, o movimento negro é interpretado como resposta histórica ao “mito da democracia racial” – criado em 1930 pela política e pela intelectualidade brasileira e difundido por toda a sociedade sob o veículo do senso comum:

o movimento negro, no sentido estrito, foi, na sua infância (1931-1945), uma resposta canhestra à construção desse mito. Canhestra porque sua percepção das relações raciais, da sociedade global e das estratégias

12 No mesmo ano, a antropóloga Giralda Seyferth escreveu um artigo mostrando as diferenças entre o movimento negro dos anos 30 e 40, contrapostos ao Movimento Negro Unificado. Diz a autora: “Os movimentos negros atuais – como o MNU, por exemplo – são fundamentalmente diferentes. A proposta de luta contra o preconceito e a discriminação permanece, mas os intelectuais e militantes negros dos anos 70 adotaram uma etnicidade afro-brasileira como estratégia de mobilização” (1983, p. 11).

a serem adotadas permaneceram no ventre do mito, como se fosse impossível olhá-lo de fora – e, historicamente, provavelmente o era. (1983, p. 289)

Nessa avaliação, haveria um grande contraste entre os discursos e as posturas do movimento negro no presente e no passado. O autor afirma que a Frente Negra, embora apresentasse certo grau de questionamento e de reivindicação, tinha estratégias nitidamente assimilacionistas, se postas em contraste com o Movimento Negro Unificado, que pretendia romper com o modelo autoritário de nacionalidade brasileira.

Hamilton Cardoso tinha opinião semelhante à de Rufino. No ano de 1987, Cardoso escreve um artigo chamado “Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil”, que integrou o livro *Movimentos sociais na transição democrática*, no qual ele apontava para a ruptura desejada pelo movimento negro, que pretendia rasurar as imagens raciais herdadas dos anos do populismo brasileiro. Não só uma nova representação estética e midiática, como também havia anseios políticos em favor de uma história da luta e da participação negra na história nacional, não por acaso a necessidade de descortinar as ações do “negro rebelde”, do “negro desobediente”.

Em diálogo profícuo com Gonzalez, Moura e Rufino, Hamilton Cardoso pensa o movimento negro como “uma articulação capaz de interferir na ideologia racial” (p.84), isso porque disputaria os símbolos nacionais, que estariam incorporando, inclusive, um rebelde negro: Zumbi dos Palmares. Não menos que uma “subversão negra”, o movimento exporia o conflito racial do país, mostrando seus antagonismos no contexto de abertura democrática:

começa aqui a fase real e concreta da subversão negra; no exato momento em que o negro se faz conhecido enquanto indivíduo inteiro, sem se despojar de sua condição étnica ou cultural e, assim, tal qual ele é, provoca mudanças reais nas estruturas sociais e da cultura brasileira. (1987, p.85)

Escusado é dizer que se trata de momento de bastante euforia e crença em grandes transformações sociais. A promessa aqui não é descabida. Nosso autor está observando o impacto do movimento social na produção cultural brasileira (especialmente na música), o que, segundo ele, poderia levar a “fissuras” na ideologia da democracia racial e no “ritual oficial brasileiro do racismo”. Tais fissuras seriam causadas pelas ações políticas e culturais, ambas faces de ações antirracistas. O desafio dessas ações seria ultrapassar os limites das classes universitárias e médias e ganhar os extratos negros menos favorecidos economicamente.

Diante desse quadro, um leitor desavisado poderia prontamente associar essa intelectualidade a um grupo político interessado na “invenção de uma tradição”

para o movimento negro. Não seria de todo um equívoco. Certamente, eles estiveram preocupados em formular uma narrativa coerente para o movimento social em que estavam inseridos ou tinham afinidades políticas. Mas seus escritos não se esgotam nisso. Avento a hipótese de que esses autores pretendiam apresentar para a sociedade brasileira (inclusive os círculos acadêmicos, pois escreveram em conjunto com intelectuais renomados à época) os objetivos políticos do movimento negro, bem como suas bases simbólicas e materiais. Tão importante quanto isso, eles visavam mostrar como foi possível a emergência de um movimento que, ironicamente, se opunha ao único orgulho democrático que unia o regime autoritário e a sociedade civil submersa: a democracia racial.

Ademais, esses intelectuais pautaram boa parte das problemáticas gerais desenvolvidas em teses e dissertações sobre o movimento negro, realizadas na década de 1990. A geração de reflexões que se seguiu, de algum modo, precisou responder a questões deixadas por esses autores, a exemplo da relação entre política e cultura.

A especialização acadêmica

Nos finais dos anos 80, são mais proeminentes os estudos monográficos sobre o movimento negro. A temática da identidade coletiva permanece em realce, a se notar pelas reflexões de Jônatas Silva (1988) e Maria Nascimento (1989), os quais mostram a ascensão da dimensão cultural no interior do movimento, notadamente na valorização de certos símbolos de origem africana e dos EUA, na formação dos sujeitos políticos. Não menos importante, Nascimento demarca os conflitos no interior do movimento negro, revelando que nem todos os segmentos defendiam a dimensão cultural como estratégia política – muitos, ao contrário, viam em certos aspectos culturais a possibilidade de alienação do negro. Silva concorda com Nascimento, mas salienta ainda que, sem tal dimensão, não se poderia explicar a emergência do movimento negro na Bahia nesse período. Explicação essa condizente com a argumentação que Kim Butler (1998) desenvolveria mais tarde para explicar o perfil do movimento negro baiano, em contraste com o paulista.

Em Maria Nascimento, a problemática da identidade *versus* estratégia política foi refeita. Até que ponto a etnicidade como forma de identidade coletiva era prejudicial para as estratégias políticas do movimento negro? Essa pergunta seria norteadora daqueles que, ao analisarem empiricamente os movimentos, decepçionavam-se com as dificuldades que estes tinham em alcançar resultados diante da desigualdade e da discriminação raciais. Esse problema percorreu toda a dé-

cada de 1980 e manteve-se até os anos 90, verificado em Maria Auxiliadora da Silva (1994) para o caso de Pernambuco; Joana Silva (1994) para as experiências de São Paulo, e Hanchard (2001[1994]) para a mobilização carioca e paulista. Desses autores, vale a pena olhar detidamente a pesquisa de Hanchard, pois ele catalisou os temas centrais que percorreram essas três décadas.

Em seu doutorado, Michael Hanchard estudou a mobilização dos negros cariocas e paulistas desde o pós-guerra até o centenário da Abolição. Com base em suas fontes e no vasto e diverso trabalho de campo, ele sustentou a existência de uma hegemonia racial, baseada no mito da democracia entre as raças, o que possibilitou a manutenção das desigualdades raciais no Brasil. Em contrapartida, houve uma experiência de mobilização negra que buscou reparar e corrigir parte dessas desigualdades através do movimento social, mas, na opinião do autor, as iniciativas foram relativamente pequenas, parcas e amiúdes, por conta de condições exteriores, tais como tipo de regime político e, sobretudo, as ideologias presentes no Estado e na sociedade brasileira, quais sejam: os ideários de democracia racial e de embranquecimento.

Baseando-se nas formulações de Gramsci sobre cultura e política, Hanchard, ao analisar as relações raciais no Brasil, sugere dois tipos de políticas adotadas pelo movimento negro: a primeira voltada para a identidade racial e étnica e a segunda baseada na reivindicação por igualdade. Ambas são consideradas políticas culturais, mas o que é fundamental no argumento é que essa forma de fazer política está em oposição a reivindicações mais prepositivas em termos de disputa por ascensão social dos negros e de distribuição de poder na sociedade.¹³ O que houve na realidade brasileira, segundo o autor, foram tentativas sem sistematicidade nem alcance nacional, incapazes de combater as desigualdades entre negros e brancos.

Essas tentativas chegaram a construir uma ideologia “contra-hegemônica”, sobretudo a partir dos anos 70, quando os movimentos negros foram acusados de ameaçar a democracia racial estabelecida no Brasil. Com conteúdos que combinavam influências das lutas dos negros norte-americanos e africanos, o movimento negro carioca e paulista teria construídos seus próprios ideais. Mas, para o autor, haveria uma

forte tendência desse movimento em rumar em direção ao culturalismo,¹⁴ um caminho não recomendado pelo brasilianista.

O pensamento desse autor não é simples, porque analisa a articulação de três dimensões da vida em sociedade: a cultura, a política e a economia, sendo as duas primeiras o *locus* de atuação do movimento social com possibilidade de alteração do campo econômico, no sentido da distribuição das oportunidades. Tendo isso em conta, as intervenções do movimento deveriam ser no plano político – especificamente no campo institucional –, através de propostas de políticas públicas efetivas, sem priorizar a esfera da cultura, pois nesse campo pairam as ideologias raciais comparilhadas em alguma medida por todos, por isso o plano cultural seria mais ambíguo e sujeito à dispersão, sobretudo porque o negro teria sido integrado no ideário da nação, através da música, da comida, dos esportes, das religiões e, mesmo assim, permanecia nos estratos sociais mais baixos. O movimento com feições culturais poderia até ganhar no plano simbólico, mas dificilmente alteraria os quadros de desigualdades do país. Tudo isso tornaria ainda mais complexa a relação entre cultura e política no processo de construção das identidades e estratégias do movimento social.

Essa questão não se esgota no pensamento de Hanchard. Como disse antes, trata-se de um problema que pauta a agenda de estudos das décadas recortadas, ainda que o trato dessa problemática receba abordagens e soluções diferenciadas. Mendonça (1996) e Cunha (2000), por exemplo, consideram eficazes as ações do movimento negro que envolvem as dimensões culturais, isso porque conseguem expandir a identidade negra para outros espaços e públicos, como as camadas negras de classe baixa, os jovens das cidades. A cultura, longe de ser um obstáculo para o movimento social, seria na verdade o *locus* de resistência e de expansão do movimento, onde a sua eficácia política se mostraria com evidência, defendem as autoras. Segundo essa perspectiva antropológica, a dimensão simbólica da luta antirracista seria capaz de influenciar atitudes e comportamentos na esfera do cotidiano, na qual também operam as discriminações e os preconceitos raciais.

É curioso notar que a polêmica que animou os analistas dessa década não só tem sua gênese nos es-

13 As principais críticas sofridas por Hanchard dizem respeito ao fato de que ele não leva em consideração a “política culturalista” como uma forma de fazer política de fato. Para os críticos dele, não existe uma maneira “absoluta” de se fazer política, de forma que o modelo de luta aberta, como a dos direitos civis, funcionou bem para os EUA, mas a realidade brasileira toma outro contorno. Esse foi o argumento de Luiza Bairos (1996), para quem a pergunta correta deveria ser: “que tipo de movimento negro foi gerado a partir da formação racial brasileira?” Essa questão possibilitaria uma melhor compreensão das experiências vividas por países como o Brasil e ajudaria a entender as ações políticas do movimento negro contemporâneo, segundo o argumento dela. O próprio Hanchard reconhece, no prefácio à edição brasileira de *Orfeu e poder* (2001), que não previu as mudanças do processo de redemocratização.

14 “Este capítulo mostrará como o culturalismo – a preocupação com os levantamentos genealógicos e com artefatos da cultura expressiva afro-brasileira – afastou o movimento negro das estratégias de mudança política contemporânea e aproximou-o de um protesto simbólico e de uma fetichização da cultura brasileira” (Hanchard, 2001, p. 121).

critos dos anos de 1970 e 1980, como fez parte das principais disputas no interior do movimento negro. Não por acaso, os problemas que as Ciências Sociais enfrentam muitas das vezes têm realidade nas ações e representações dos agentes sociais.

Considerações críticas

O esforço aqui empreendido não visou analisar todas as pesquisas sobre movimento negro realizadas no período recortado, mas capturar as principais problemáticas que nortearam as reflexões sobre esse tema.

Em conjunto, os estudos sobre os movimentos negros têm um tom descritivo muito característico das pesquisas sobre mobilização coletiva no Brasil. A precariedade das revisões bibliográficas feitas pelos pesquisadores prejudicou o desenvolvimento da pesquisa sobre esse assunto. Muitas questões não avançaram justamente pelo desconhecimento de trabalhos anteriores que davam realce aos mesmos aspectos. O frágil e deficiente diálogo entre as pesquisas foi sem dúvida alguma um impedimento forte para o avanço criativo nessa área nos últimos anos. O mesmo se pode dizer da ausência de interlocuções com outros trabalhos sobre movimentos sociais brasileiros. Sem nenhum respaldo teórico sobre ação coletiva, quase todos estudiosos limitavam-se a descrever aspectos mais salientes dos movimentos e, talvez por conta disso, restringiam-se quase sempre aos discursos dos movimentos, talvez por conta da precariedade das ferramentas analíticas, capazes de interpelar e interpretar o objeto.

De modo geral, esses estudos centraram-se em algumas indagações: como o movimento negro se formou? Para essa questão, encontraram várias respostas, seja no veio das explicações estruturais (Queiroz, 1978; Mitchell, 1977; Hanchard, 2001), seja pelo viés das explicações que têm por base a história do próprio movimento social (Moura, 1981), ou ainda pelas explicações do contexto social vivido na sociedade civil nacional e internacional (Gonzalez, 1982; Rufino, 1983; Cardoso, 1987; Nascimento, 1989).

A questão que ganhou centralidade nas últimas décadas foi o problema da identidade coletiva, contida no dilema fulcral: cultura *versus* política. A identidade esteve atrelada ao problema das estratégias políticas, e estas relacionadas aos resultados alcançados pelo movimento, em geral considerados parcos. Em algumas abordagens, a chamada política de identidade é vista como um sério obstáculo político, uma vez que a ênfase nos símbolos e nas representações étnicas poderia levar à dispersão do problema central: o combate às desigualdades raciais. Mas algumas das explicações que atrelam identidade à estratégia, e esta aos resultados, costumam trazer uma dimensão normativa para

as reflexões, minimizando o sentido da ação para os próprios agentes.

Em termos metodológicos, os estudos não se prenderam somente às entrevistas com os integrantes dos movimentos. Muitos desses pesquisadores buscaram outras fontes, como os documentos de eventos, das entidades e os jornais, além dos trabalhos etnográficos. Contudo, boa parte dos trabalhos centrou-se nos discursos das lideranças e dos fundadores – nesse sentido a pesquisa de Maués (1997) sobre a “questão racial no pensamento das elites negras” levou essa abordagem ao paroxismo. Assim, tais pesquisadores não conseguiram abarcar a questão da reprodução humana do movimento. Como ocorre o engajamento de mais integrantes no movimento? Como pensam os associados que não são líderes nem fundadores? Essas perguntas ainda aguardam respostas.

A produção sobre o movimento negro concentrou-se no Sudeste, preferencialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Excetuando-se a Bahia, a maior parte dos estados do Nordeste espera por estudos. Essa crítica pode ser estendida para as demais regiões brasileiras: a carência de pesquisas em outras partes do país não só impede os analistas de ver a extensão e a capilaridade do movimento, bem como dificulta uma compreensão mais abrangente do que seja essa ação coletiva e suas formas de articulação em níveis local, regional e nacional.

A relação do movimento negro com seu exterior – como empresas, instituições religiosas, sindicatos, partidos, Estado, mídia e ONGs – é pouco explorada nas pesquisas. A exceção se faz aos trabalhos de Andrews (1991), Gevanilda Santos (1992) e Hanchard (2001). Mas, nos casos dos três autores tal relação contém uma negatividade, qual seja, as organizações estatais e partidárias estão longe de abrigar as demandas do movimento e o Estado é visto como seu principal oponente.

Essa abordagem comprometeu o aprofundamento das relações de *network*, do quadro de alianças e das formas estratégicas que o movimento desenvolveu para negociar suas demandas com o Estado, os partidos e demais movimentos sociais. O foco das pesquisas preferiu evidenciar o movimento negro por si mesmo, ao invés de apresentar também as similitudes e os contrastes em relação a outras formas organizativas. Uma hipótese plausível é que o interesse dos pesquisadores era afirmar a especificidade e a autonomia do movimento, desconsiderando a dimensão das redes de articulação e da reprodução em termos de capital humano, bens materiais e simbólicos. Com essa estratégia, os pesquisadores construíram um quadro em que o movimento atua contra os seus oponentes, sem que com isso pudessem construir aliados políticos em suas campanhas.

Com a consolidação do regime democrático no Brasil e as mudanças profundas sofridas no movimen-

to negro ao longo da década de 1990, o quadro dos estudos sobre esse movimento sofreu modificações. No alvorecer do século XXI, as pesquisas passam a preencher timidamente algumas lacunas diagnosticadas neste texto. Uma amostra dessa mudança está no trabalho de Oliveira dos Santos (2005), que analisa o papel das conferências internacionais para o fortalecimento das organizações negras, bem como as pesquisas de Ivair

Alves dos Santos (2006) e Walter Sousa (2006), nas quais se entrevê a relação entre movimento negro e Estado, em São Paulo e na Bahia, respectivamente. Essa nova tendência de pesquisa talvez esteja sobre o impacto das transformações mais recentes do ativismo afro-brasileiro, sobretudo sob o efeito das investidas do movimento negro em favor da maior democratização do país.

Referências:

- ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo – 1888-1988. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, p. 21-48, 1991.
- AZEVEDO, Thales. *As elites de cor numa cidade brasileira*. Salvador: Edufba, 1996.
- BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Revista Afro-Ásia*, n. 17, p. 173-186, 1996.
- BARBOSA, Muryatan. *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.
- BASTIDE, Roger. Efeitos do preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- _____. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- BLUMER, Herbert. Race prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review*, v. 1, n. 1, p. 3-7, 1958.
- BUTLER, Kim. *Freedoms given, freedom won*. Piscataway, NJ: Rutgers University Press, 1998.
- CARDOSO, Hamilton. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, p. 27-37, 1987.
- _____. A trajetória dos movimentos sociais In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90, política e identidade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CUNHA, Gomes M. O. Movimentos negros e política de identidade no Brasil. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- DEGLER, Carl N. *Nem branco nem preto: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- DOMINGUES, Petrônio. *A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937)*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. I e II. São Paulo: Edusp/Anhembi, 1964.
- _____. “A luta contra o preconceito de Cor”. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (Orgs.) *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- FERRARA, Mirian Nicolau. *A imprensa negra paulista: 1915-1963*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.
- FRAZIER, Franklin. Some aspects of race relations in Brazil. *Phylon - Review of race and culture*, v. III, n. 3, p. 284-295, 1942.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: _____; HASENBALG, Carlos (Orgs.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2ª.ed. São Paulo: Editora 34, 2004.
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e poder: movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- NASCIMENTO, Maria E. *A estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- MAUÉS, Maria A. M. *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, Luciana F. M. *Movimento negro: da marca da inferioridade racial à construção da identidade étnica*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo.
- MITCHELL, Michael J. *Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo*. Bloomington, IN, 1977. Tese (PhD em Ciência Política) – Indiana University.
- MOURA, Clóvis. “Organizações negras”. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: O*

povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1981.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PINTO, Luís A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo.

QUEIROZ, Maria. Isaura Pereira de. Coletividades negras: ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo. In: _____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978.

RAMOS, Arthur. O espírito associativo do negro brasileiro. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n. 47, p. 105-126, 1938.

_____. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1956.

RUFINO, Joel. O movimento negro e a crise brasileira. *Política e Administração*, v. 2, n. 2, p. 287-307, 1983.

SANTOS, Gevanilda G. *Etnia negra e partidos políticos*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado (1983-1987)*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2006.

SANTOS, Márcio André de Oliveira dos. *A persistência política dos movimentos negros brasileiros: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. *Boletim do Museu Nacional*, v. 20, n. 42, p. 1-16, 1983.

SILVA, Joana M. F. *Centro de cultura e arte negra: trajetória e consciência étnica*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Jônatas da. História de lutas negras: escravidão e invenção da liberdade”. In: REIS, João J. (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SILVA, Joselina. *União dos homens de cor: uma rede do movimento social negro após o Estado Novo*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Maria A. G. *Encontros e desencontros do movimento negro*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SOUSA JUNIOR, Walter Altino de. *O Ilê Aiyê e a relação com o Estado: interfaces e ambiguidades entre poder e cultura na Bahia*. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia.

The Brazilian black movement in the social sciences (1950 – 2000)

Abstract

When and how did the Brazilian Black movement appear in the social sciences? What are the theoretical approaches and explanations for the 20th century emergence and development? This article will address these principal issues by analyzing studies that have taken on the topic of collective black mobilization from various disciplinary vantage points, particularly, Sociology, History and Anthropology.

Keywords: Social Science; black movement; racial relations; identity.

El movimiento negro brasileño en las Ciencias Sociales (1950-2000)

Resumen

¿Cuándo y cómo el movimiento negro brasileño ganó el interés de las Ciencias Sociales? ¿Cuáles son los abordajes teóricos y las explicaciones sobre la emergencia y el desarrollo de ese movimiento social a lo largo del siglo XX? Esas son las principales preguntas norteadoras del presente artículo, que versa sobre los estudios que tuvieron la movilización colectiva negra como problema de reflexión en distintos campos disciplinares, en especial la sociología, la historia y la antropología.

Palabras clave: Ciencia Social, movimiento negro, relaciones raciales, identidad.

Data de recebimento do artigo: 31-03-2009

Data de aprovação do artigo: 11-09-2009